



DOI: 10.4025/4cih.pphuem.760

A MOBILIZAÇÃO DOS GUARANI NO OESTE DO PARANÁ PARA RECUPERAR SUAS TERRAS

*Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro**

Esta comunicação tem como escopo proceder a alguns apontamentos sobre a mobilização dos Guarani no Oeste do Paraná com a finalidade de fazer frente, dentre outras questões, ao processo de espoliação territorial de que são alvos em virtude da instalação, nesta região, da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional. A princípio, as afirmações dos representantes da Usina poderiam levar a presumir uma aceitação pacífica por parte da sociedade expropriada da situação a que são submetidos. A análise criteriosa dessas afirmações, entretanto, acrescidas ao exame da documentação acessada, bem como a interpretação das narrativas dos índios denotam uma perspectiva completamente diversa, corroborada, sublinhe-se, pela conjuntura que então se instaura, marcada por embates ininterruptos entre os Guarani no Oeste paranaense e os emissários da Hidroelétrica. O empenho da comunidade indígena, é lícito afiançar, tem como finalidade recuperar um terreno no qual desfrutam de condições mínimas para viver de acordo com seu modo de ser tradicional, o que implica, antes de tudo, em terras férteis que permitam a subsistência do grupo.

Eleger como objeto de análise os Guarani e as maneiras através das quais se vinculam, elaboram, significam e, muitas vezes, subvertem a lógica do capital nas várias formas que assume ao longo do devir desses índios nestas paragens, permite evidenciar que o povo indígena não consiste em mera vítima inerme diante do avanço inexorável do capitalismo. Ao mesmo tempo, trazê-los a boca de cena significa produzir conhecimento acerca de sujeitos quê, alicerçados numa rede de sentidos específica, interagem com o sistema, ou agentes deste, portadores de poderes de coação e homogeneização e, mesmo assim, prosseguem resistindo, persistindo numa auto-identificação que os distingue do entorno, pautados em táticas adequadas às contingências. O substrato para essa atuação se encontra nas estruturas de significados próprias de que são dotadas as sociedades, diacronicamente construídas através da ação em relação dos sujeitos e, portanto, passíveis de transformações. Destarte, refletir

* Professora do Colegiado do Curso de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*/Mestrado em História, Centro de Ciências Humanas Educação e Letras, Campus Universitário de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE.

sobre os Guarani e sua historicidade não se reduz a estudar relíquias, organismos funcionais ou, meramente, ocasionais empréstimos de traços culturais.

Isto posto, considera-se que a construção de Itaipu consiste em fator constitutivo do processo de incorporação desta região à órbita do capital, tornando-a partícipe e colaboradora do *progresso*, ou, em outros termos, da conformação de uma *nação moderna*, o quê, pondera-se, interfere concretamente nas especificidades da política indigenista implementada junto aos Guarani no Oeste paranaense naquele momento, a qual implica em práticas agressivas de deslocamento e expropriação de terras indígenas.

Elucide-se que em razão dos levantamentos preliminares necessários para edificação de uma hidroelétrica de tal porte nas imediações, em 1977 a FUNAI reconhece oficialmente a existência de índios Guarani na região, do que decorre sua transmutação em *tutelados*, bem como a sobreposição da categoria genérica *índios brasileiros* à sua especificidade étnica, conforme determina o Estatuto do Índio e a Constituição¹. Alguns anos depois, em 1982, em decorrência da formação da barragem sofrem, também, cerceamento territorial, passando a ocupar uma área demarcada pelo órgão tutelar da qual há severas restrições para que se ausentem.

Carece explicitar que os limites impostos aos indígenas se mostram pouco adequados aos padrões de espacialidade praticados até aquele momento pela coletividade. Simultaneamente, sua conversão compulsória em *índios brasileiros*, acrescida à condição de *tutelados* do Estado-nação demanda inúmeras variações em sua forma de organização tradicional, traduzidas, por exemplo, na contenção de sua mobilidade. Destarte, analisa-se o significado que o reconhecimento oficial de sua existência assume para o grupo indígena e o seu discernimento da expropriação territorial de que é alvo. Ao mesmo tempo, reflete-se a respeito da mobilização da coletividade diante do objetivo de fazer frente ao entorno opressivo que se configura, o que se expressa em táticas. Táticas dentre as quais, as mais expressivas são a ocupação/invasão de espaços, movimentos migratórios e, sobretudo, a palavra, todos pautados na afirmação *para fora* de uma identidade étnica uniformizadora. Através da palavra se afirma uma identidade étnica quimérica, construída enquanto instrumento político destinado a municiar a sociedade de maneira a enfrentar um êmulo mais poderoso visando recuperar a terra subtraída, bem como, interpretando a ordem dominante, revestem-na de novos significados, manipulando as prerrogativas que lhes cabem na condição de *tutelados*.

A relevância da existência de qualidades comuns para uma comunidade, frutos da descoberta, afirmação ou construção cultural, é ratificada quando coletivos determinados se

encontram em circunstâncias de conflito e de minoria, para o que a constituição de um *nós* em oposição aos *outros* possibilita “condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação” (NOVAES, 1993: 24).

A identidade étnica assume para os grupos que a reivindicam um caráter vital, por ser um fator de coalizão, municiando-os para fazer frente ao entorno em ocasiões em que isto seja preciso. Não é, contudo, algo dado, verificável por si, mas um elemento construído perante contingências históricas e culturais específicas, alcançando maior eficácia, se traduzir elementos que tenham uma conotação emocional para a sociedade.

Neste sentido, considera-se que a querela a envolver os Guarani no Oeste e Itaipu remete, evidentemente, à atuação de um povo originário ante o propósito de manter sua especificidade cultural em relação à sociedade nacional, todavia, perceber esta problemática tão somente como uma questão étnica importa em simplificação. Há que apreender a definição e a auto-definição enquanto etnicamente diferenciados como elemento crucial a garantir a sobrevivência cultural, obviamente, mas mais do que isto, a sobrevivência física das pessoas que compõe o grupo. È, portanto, sobretudo, uma problemática social.

Em outros termos, ser Guarani ou *índio brasileiro*, não obstante os objetivos homogeneizantes e etnocêntricos do Estado-nação, garante aos índios, minimamente, o direito à terra e prerrogativas para lutar pela recuperação de áreas que lhes tenham sido subtraídas em quaisquer circunstâncias. O que não significa, absolutamente, que tenham suas demandas atendidas. Será, isto sim, a organização do grupo, resistindo à ordem dominante por meio da manipulação da sua condição de povos originários que lhes assegura, algumas vezes, fazer prevalecer suas exigências. Muitas vezes a narrativa dos índios faz vislumbrar a intenção de recuperar um espaço idealizado, no qual possam viver “como os antigos”.

Em relação ao presente, as mesmas falas acima referidas permitem entrever que se tem ciência de que já não há lugar em que se possa viver como outrora. Os Guarani, hoje, pelem para sobreviver. E, para esse povo, terra significa vida. Em síntese, entende-se que a persistência na manutenção da diversidade étnica, dentre suas outras peculiaridades, atua como fundamento de mobilização com vistas a subministrar o coletivo nos embates travados contra diferentes adversários visando obter condições de dar vazão ao *bom modo de ser e de viver* legado pelos ancestrais. Condições de que são progressivamente privados, na medida em que cada nova frente de conquista invade estas terras, até que na contemporaneidade, permanecer sendo Guarani expressa a tenacidade de uma sociedade de prosseguir em sua diferença em relação ao entorno num contexto em que isto é dificilmente exequível.

Sublinhe-se que a problemática envolvendo Itaipu importa numa situação que denota uniformização e opressão. Com ela, o Estado, ao garantir aos nativos uma série de supostas benesses, transformando-os em *índios brasileiros*, tenciona descaracterizá-los enquanto Guarani, ao mesmo tempo em que eles mantêm uma luta incessante para se afirmarem como diferentes. “É um suposto deste trabalho que a diferentes situações históricas correspondem distintos modos de organização social, e diferentes tradições elaboradas pelos diversos povos indígenas” (SOUZA LIMA, 1995: 42).

Há muitos indícios que põem sob suspeita a plena aceitação das proposições apresentadas alegada pela Itaipu, ainda nos primórdios do processo de transferência dos índios para a Área do Oco’ÿ. Os Guarani, em correspondência (DOC. 17, 05.02.1982) de 05 de fevereiro de 1982, dirigida ao Coronel Paulo Moreira Leal, na época, presidente da FUNAI, e ao General Costa Cavalcanti, então diretor geral brasileiro da ITAIPU Binacional, provavelmente em resposta a uma sugestão de reassentamento por parte da Hidroelétrica, recusam-se a aceitá-la, expondo suas razões para isto.

É possível presumir com base no conteúdo da carta que os emissários da Usina oferecem um sítio que perfaz em torno de cem hectares. Os índios protestam, alegando que um terreno com tais dimensões é insuficiente para abrigar as mais de vinte famílias provenientes de Jacutinga. As palavras que seguem expressam a radical redução territorial que ameaça a comunidade, caso seja levado a efeito o intento da Empresa: “... também não dá prá o Guarani aceitar porque nossa terra sempre foi desde o Jacutinga até o Rio Ocoí, e vai da estrada de Foz para Santa Helena, no lado que o sol se levanta, até o Rio Paraná, no lado que o sol se esconde” (DOC. 05.02.82).

Perceba-se que no momento em que a mensagem é escrita e enviada, os Guarani conhecem a área ofertada. Descrevem-na, assim, como aparentemente fértil, mas destituída de matas, o que, segundo os índios, inviabiliza a vida da sociedade, porque expressa a rarefação de animais para caça, de lenha para o fogo, de matéria-prima para as casas e de rios para pesca. Requerem, ao mesmo tempo, urgência na descoberta de um lugar no qual possam ser reassentados, visualizando que a época do plantio está próxima e que Itaipu ordena que sejam deslocados até o mês de abril. Sublinhe-se que a carta é datada do início de fevereiro, portanto, o tempo urge, já que a comunidade certamente não tem condições de desocupar a superfície a ser alagada sem ter alternativas viáveis de terrenos para se estabelecer.

Os ouvidos moucos dos enviados do Estado-nação implicados no assunto obrigam os Guarani a observarem escoar o prazo de tempo concedido pela Empresa para a desocupação de suas terras, sem que se tenha definido um lugar para onde possam ir por ocasião do

advento das águas. Diante disto, os índios convocam (DOC. 06.05.82) representantes da FUNAI e Itaipu para uma reunião na aldeia. Nesta ocasião, eles reafirmam sua rejeição ao primeiro terreno sugerido, pelos motivos já explicitados nas correspondências mencionadas, dizendo que aceitam ser transferidos, mas apenas para uma área com características e dimensões similares ou superiores àquela que ocupam no momento.

Realiza-se uma série de tratativas entre os Guarani, de um lado, e, de outro, Itaipu e FUNAI. Independentemente das tentativas de acordo, contudo, o máximo que se obtém, naquele momento, levando-se em conta a iminência do deslocamento, é um Termo de Acordo, assinado em junho de 1982. Através deste, confere-se aos Guarani a posse e demarcação pela FUNAI de 251,15 hectares, destinados a compor a Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. Arremata-se, desta maneira, a transformação dos Guarani em *índios brasileiros*, iniciada pelo seu reconhecimento oficial pela Fundação no ano de 1977.

Considera-se que é a absoluta falta de alternativas que pressiona os índios a aceitarem o terreno do *Oco'y*, para o qual são definitivamente removidos em junho de 1982. Imediatamente depois de assentados, os Guarani se põem a manifestar descontentamento com a configuração da *Reserva*. É importante perceber que o coletivo exprime seu desagrado, enquanto uma unidade étnica uniforme, destituída de contradições internas e, portadora de padrões culturais comuns.

Os depoimentos coletados no presente e correspondências coevas traduzem a insatisfação da sociedade indígena com uma série de inconvenientes observados na Área do *Oco'y*, notadamente a exigüidade de terras apropriadas ao cultivo e a reduzida cobertura vegetal, aspectos agravados pela restrição territorial posterior à constituição da represa. Outra inconveniência é a situação geográfica da reserva, já que ela corresponde a uma estreita faixa de aproximadamente cem metros de largura, delimitada lateralmente pelo lago de ITAIPU e por propriedades rurais pertencentes a trabalhadores nacionais.

A posição adotada pelos Guarani perante as circunstâncias é de resistência, reagindo em consonância com as condições de que dispõem. A tática, neste caso, é a palavra, empregada para afirmar uma identidade étnica e o perigo iminente representado para a perpetuação da mesma pelos emissários de Itaipu e FUNAI. Utilizam-se os discursos nas suas mais variadas formas: são cartas, reuniões, conversas, entrevistas, com a finalidade de divulgar as atribulações que atingem a sociedade indígena em virtude da instalação da Hidroelétrica, pressionando os detentores do poder a encontrarem soluções que correspondam aos anseios dos índios. Não se trata aqui, é óbvio, de vítimas inermes diante das vicissitudes

da vida, mas de um povo que, interpretando o entorno, elabora maneiras de enfrentá-lo, com chances de obter sucesso em suas reivindicações.

... muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas, ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não o dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro, não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também) mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir (CERTEAU, 2000: 94-95).

No alvorecer da década de 1990, é possível assistir ao delinear de um cenário brasileiro marcado pela redemocratização política² e, concomitantemente, ao incremento do interesse por questões ambientais, em âmbito nacional, mas, principalmente, em termos internacionais. Esse zelo se exprime, por exemplo, pela realização da ECO-92³. Essas circunstâncias, somadas, fazem recrudescer as pressões para que os aparelhos estatais responsáveis pelo litígio apresentem propostas viáveis para resolver os problemas da sociedade Guarani, situada na Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ÿ*.

Deve-se sublinhar, desta forma, que a longa batalha que se trava visando a consecução de mais terra, não obstante o ocasional apoio de entidades não governamentais, decorre da resistência dos Guarani. Sua obstinação em não aceitarem o *quase nada* que lhes é *concedido*, ou seja, a Área do *Oco'ÿ*, é o que define a conquista, mesmo que relativa, de suas requisições. Em sua obstinação para conseguirem seus intentos, eles elaboram maneiras de utilizar a ordem que lhes é imposta em seu próprio benefício. Sem saírem do lugar, conseguem instaurar a pluralidade e a criatividade na arte de manipular os poderes estabelecidos, com base nos elementos implementados por estes mesmos poderes.

Defrontada com o recrudescimento das pressões para que a Usina e o órgão tutor definam a situação dos Guarani no *Oco'ÿ*, pressões, ressalte-se, geradas pela organização e mobilização destes índios, a Fundação, finalmente, institui, em maio de 1994, um Grupo de Trabalho (DOC. 06.05.94), destinado a organizar um diagnóstico das condições em que está vivendo o grupo, o teor de suas requisições e carências mais prementes.

A partir dos remates do Grupo de Trabalho, propõe-se um “Programa de Ação”, com base no qual se definem linhas e propostas de atuação que implicam no atendimento das necessidades básicas da comunidade. Saliente-se que a primeira exigência a ser cumprida é a concessão de uma extensão de terras mais ampla, adequada às reivindicações dos índios, e, em seguida, a execução de projetos que propiciem a futura auto-sustentação por parte da coletividade indígena.

O Programa a ser proposto para os índios Guarani obedece às diretrizes estabelecidas no Convênio FUNAI/ELETROBRÁS (1987), de caráter normativo, concernente à responsabilidade social das concessionárias do Setor Elétrico, no sentido do estabelecimento de convênios específicos às comunidades afetadas, para minimizar os impactos diretos e indiretos dos empreendimentos do Setor e, maximizar o nível de bem estar e as condições gerais de vida das populações envolvidas (DOC. 59, 20.05.94).

Percebe-se, por conseguinte, que, após a elaboração do Programa “Avá-Guarani”, a FUNAI e, sobretudo, Itaipu, de certa forma, dão outro rumo à sua política relacionada à questão indígena, até então assinalada pela prática de postergar soluções. A nova atitude, muito provavelmente, influenciada pela atuação concreta dos movimentos indígenas, considerando o amplo conhecimento das requisições a pautar a atuação dos índios, implica na ingerência direta na problemática por parte de organismos financeiros internacionais, leia-se, Banco Mundial, imprensa em geral e organizações não governamentais as mais diversas (DOC. 95).

... reivindicação de uma área maior, adequada ao seu modo de viver e à sua densidade populacional, devendo ter pelo menos 1500 ha., localizar-se dentre os limites daquele que consideram como seu território (entre as cidades de Foz do Iguaçu, Guaira e Toledo), ser dotada de abundância de água e vegetação, além de situar-se o mais distante possível da sociedade nacional (DOC. 14.10.95).

Diante da atitude dos índios, são implementadas junto à aldeia do *Oco'y* uma série de melhorias, como água encanada, privadas higiênicas na escola, ambulatório e cessão de sementes e insumos para o cultivo agrícola. Há, porém, da parte do coletivo, o receio de que a instalação de uma infra-estrutura, mesmo que ínfima, na *Reserva* atual, tenha como efeito a isenção da Binacional e da Fundação do encargo de outorgarem aos Guarani uma área maior e mais adequada à vivência deste grupo. “Aqui na área eles queriam construir tudo as coisas que eles pensam, mas só que nós não aceitava, porque nós só queremos mais terra, se a gente pedia pra fazer melhoria aqui, daí eles não quer mais dar terra, e é melhor dar terra do que construir casa” (CENTURIÃO, depoimento em 06.03.1996).

Frente às contingências e, com base em uma série de ajustes, as duas instituições incumbidas de resolverem o “problema indígena” decidem pela compra de um local com recursos da Itaipu, que, então, será *cedido* aos Guarani e demarcado oficialmente pela FUNAI como Área Indígena. A partir deste acordo, esquadrinha-se a região, com a finalidade de encontrar uma terra que, correspondendo às especificações de um laudo elaborado pelo antropólogo Ruben Thomaz de Almeida (DOC. 11.07.96), esteja disponível para venda. No final do ano de 1996, os órgãos responsáveis deliberam pela aquisição de um terreno no

município de Diamante do Oeste, Estado do Paraná, distando da sede do município cerca de treze quilômetros. Concretiza-se finalmente a *devolução* aos Guarani de uma parcela do seu território ancestral.

... compreendendo 1744 hectares, localizados na confluência dos rios São Francisco e São Domingos, águas que definem mais da metade do perímetro da propriedade, que sugere a figura de um triângulo cujo vértice mais agudo é formado pelos dois rios (...). Solicitado por Itaipu Binacional, realizei visita, em 04.07.1996, a uma propriedade particular localizada no município paranaense de Diamante do Oeste. O objetivo era averiguar o potencial daquelas terras para assentamento da comunidade Guarani Nandeva do Oco'y (...). Vale recordar que foi elaborado em 01.04.1996 e com o mesmo propósito, relatório de visita às áreas de "Terra Roxa" e "Refúgio Santa Helena" (DOC. 11.07.96).

Aparentemente a batalha chega ao seu desenlace... mas só aparentemente. Percebe-se que, pelas mais diversas razões, os Guarani, até o ano de 2002, ao menos, mostram-se renitentes em se transferirem para o terreno em Diamante, ou *Tekohá Añatete*, permanecendo em sua grande maioria no *Oco'y*. Avalia-se que a terra não é bem o que se espera, os domínios *concedidos* são marcados por um solo excessivamente pedregoso, falta de nascentes de água e poluição dos rios próximos por agrotóxicos, devido à ação dos agricultores nacionais, escassez de cobertura vegetal e, ao mesmo tempo, privação de qualquer tipo de infra-estrutura que torne viável o assentamento dos índios no local.

Evidentemente, tem-se ciência de que qualquer medida que se efetive assume sempre um caráter paliativo, portanto, ambíguo, uma vez que é irrealizável restituir aos índios na íntegra seus territórios originais, ou as condições de sobrevivência ideais que têm como paradigma. Neste sentido, o horizonte que opera como substrato para a resistência dos Guarani por aproximadamente quinze anos é a terra e, quando se atinge o horizonte, ele não é o que se espera. "... depois de quinze anos de luta pra conseguir o pedaço que faltou. É Diamante, ali tem mais de 1740 hectares, área grande lá, só que não tem bicho, tem pouco mato, mais ou menos trinta por cento, o resto é pura pedra" (CENTURIÃO, depoimento em 13.07.2000).

Notas

¹ A identificação enquanto índios brasileiros e os direitos inerentes a esta categoria estão expressos num Capítulo específico da Constituição de 1988 – Título VIII, "Da ordem social", Capítulo VIII, "Dos Índios" –, em outros dispositivos dispersos ao longo da Carta, em um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e finalmente no Estatuto do Índio, Lei 6001, promulgada em 1973. Neste momento, especificamente, não é objetivo avaliar o caráter e, os desdobramentos sobre os diferentes povos nativos, da legislação indigenista.

² Não há aqui o intuito de apresentar qualquer reflexão sobre a redemocratização brasileira nas últimas décadas.

³ **ECO-92:** Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Realizou-se no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, a Conferência da ONU mais conhecida como Rio-92, da qual participaram 170 nações. A Rio-92 teve como principais objetivos: identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais; examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas

depois da Conferência de Estocolmo; examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentado e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento (DOC: 06.05.02). Há que observar que não é aqui o objetivo analisar eventuais resultados concretos da conferência.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros**. São Paulo: EDUSP, 1993.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. **O horizonte é a terra: manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná**. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Tese de Doutorado.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

DOCUMENTOS ESCRITOS

Correspondência. Assunto: Duas cartas que rejeitam propostas de reassentamento, Datas: 05.02.1982 e 22.03.1982, Local: Barra do Ocoí-Jacutinga, Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Ocoí-Jacutinga. Destinatários: ITAIPU/DGB e MI/FUNAI/GP.

Correspondência. Assunto: Comissão Interinstitucional/Comunidade Avá-Guarani, Data: 10.09.1991. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: FUNAI/GP.

Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Data: 06.05.1982, Local: Aldeia Guarani, Rio Ocoí, Rio **Correspondência**. Emitentes: Pedro Avalos; Terezinho Centurião; Fernando Martins; Lucas Vilalba; Casimiro Pereira; João Centurião; Inocêncio Acosta; (ilegível) Centurião e Delassanto Pereira. Destinatários: ITAIPU/DGB e MI/FUNAI/GP.

Correspondência. Título: Para ITAIPU Binacional, Assunto: Solicitação de área maior e chamada para reunião do Diretor da Usina, Data: 25.11.1985, Local: Aldeia *Oco'yj*, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'yj*. Destinatário: ITAIPU.

Correspondência. Assunto: Carta ao Banco Mundial, Data: 02.08.1988, Local: Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'yj*, São Miguel do Iguaçu/Pr. Emitentes: Lideranças Guarani da Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'yj*. Destinatário: Banco Mundial.

Memorando. Título: Projeto Avá-Guarani, Assunto: Sugestão de um projeto para “otimização” dos recursos da aldeia do *Oco'yj* visando melhores condições de vida para os

Guarani, Data: 16.03.1989, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/ÁREAJ/SP. Destinatário: ITAIPU/DJ/RJ.

Correspondência. Assunto: Retirada de famílias indígenas da área de reflorestamento de ITAIPU, Data: 06.10.1989, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/EA. Destinatário: FUNAI/CPIOCO'Y.

Relatório. Assunto: A questão indígena e a ITAIPU, Data: 19.04.1990, Local: São Paulo. Emitente: Klaus Greiner/ITAIPU.

Correspondência. Assunto: Solicitação de 5000 hectares do Parque Nacional do Iguaçu, Data: 04.02.1992, Local: Área Indígena Ocoí. Emitente: Comunidade Avá-Guarani.

Portaria. Título: Portaria n. 454, Assunto: Constituição de Grupo de Trabalho, Data: 06.05.1994, Local: Brasília/DF. Emitente: FUNAI.

Relatório. Título: 1º Encontro Integrado de Ação da Reserva Indígena do Ocoí, Assunto: Centro de Estudos e Pesquisas/CEPI, Data: 10-12.05.1994, Local: Ecomuseu de ITAIPU/Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.

Relatório. Título: Protocolo de Intenções, Assunto: Relatório do Grupo de Trabalho FUNAI/ITAIPU BINACIONAL, Data: 20.05.1994. Local: Foz do Iguaçu/PR.

Laudo. Título: A implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil, Data: 19.01.1995, Local: Florianópolis/SC. Emitente: Silvio Coelho dos Santos e outros.

Laudo. Título: Laudo antropológico. Assunto: Laudo sobre a indianidade dos Guarani e legitimidade da reivindicação dos 1500 hectares, Data: 14.10.1995, Local: Rio de Janeiro. Emitentes: Rubem Thomaz de Almeida (antropólogo)/FUNAI/ITAIPU.

Correspondência. Assunto: "...temos recebido várias denúncias sobre a morosidade no reassentamento dos Avá-Guarani. Estamos preocupados com essa demora, pois está causando uma série de problemas e "stress" aos índios...", Data: 1995. Local: Londres/Inglaterra. Emitente: Organização não Governamental "Survival para os povos indígenas". Destinatário: ITAIPU.

Correspondência. Título: Andamento das tratativas e relatório antropológico, Assunto: Comunidade Avá-Guarani do Ocoí, Data: 08.01.1996, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: Procuradoria da República no Estado do Paraná.

Fonte Internet <<http://www.ibama.gov.br/>>. **IBAMA.** Eco-92. Acessado em 06 de mai. de 2002.